



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS & RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

Aqui você confere os indicadores de resultados da Eletrobras Eletropar em 2022

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(Valores expressos em milhares de reais, exceto os mencionados em contrário)

A Administração da Eletrobras Participações S.A. - Eletropar, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresenta as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, datado de 29 de março de 2023, e do Parecer do Conselho Fiscal, datado de 29 de março de 2023, bem como breve relato dos fatos mais relevantes que marcaram a gestão da Companhia no ano de 2022.

ATIVIDADE OPERACIONAL

A Eletropar, criada pela Lei nº 9.163, de 15 de dezembro de 1995, sob a denominação social de Light Participações S.A. - Lightpar, é uma Sociedade por Ações de Capital Aberto, controlada das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, tendo por objeto social principal a participação no capital social da Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A. e de outras sociedades.

A Companhia vem apresentando boa saúde econômico-financeira, caracterizada pela ausência de endividamento financeiro e alta liquidez, como se verifica na tabela a seguir:

	2022	2021
Liquidez Geral	1,88	2,15
Liquidez Corrente	2,31	2,89
Endividamento total sobre Ativo	15,92%	15,31%
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	12,34%	10,37%
Margem Líquida	103,35%	82,45%

Desde junho de 2022 a Eletropar já não é uma empresa estatal, uma vez que a União deixou de ser a acionista majoritária da Eletrobras, empresa controladora da Eletropar. Como consequência de passar a ser uma empresa privada, a Eletropar deixou de ser classificada como uma empresa integrante da Administração Pública.

Considerando que o Tribunal de Contas da União (TCU) é o órgão de controle externo do governo federal que fiscaliza a Administração Pública, a Eletropar não está mais sujeita a este controle, de forma direta. Contudo, por ter permanecido sob controle público durante alguns meses do exercício de 2022, será necessária a apresentação, prevista para abril de 2023, do Relatório de Gestão e demais informações referentes ao exercício de 2022.

Ademais, a Eletropar permanece sujeita a controles realizados periodicamente por Auditoria Interna e por Auditoria Externa. Nesta linha, foram cumpridas todas as obrigações relacionadas com a elaboração do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT e do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAIN.

Convém ressaltar que a Eletropar, por ser uma companhia aberta, com ações negociadas na Bolsa de Valores, está sujeita, ainda, à observância de normas regulamentares estabelecidas pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários), que é o órgão normativo e supervisor do Sistema Financeiro Nacional.

PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

A posição dos investimentos na carteira da Eletropar, em 31/12/2022, apresentou a composição da Tabela a seguir. Para tal, foi considerado o preço de fechamento observado no último pregão da Bolsa de Valores B3 de 2022.

EMPRESA	TIPO	QUANTIDADE	PARTICIPAÇÃO NA EMPRESA (%)	Valor (R\$) mil
CTEEP ¹	PN	4.800.800	0,73	110.418
EMAE ²	PN	523.911	1,42	35.621
Energias do Brasil ³	ON	1.892.432	0,31	39.344
Eletronet ⁷	ON/PN	149.999.999	49,00	-
TAESA ⁵	UNIT	660.000	0,06	22.882

As participações nas investidas Eletronet, CTEEP e EMAE são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, sendo que, na CTEEP e EMAE, isso ocorre pelo fato de a controladora da Eletropar, a Eletrobras, possuir participação maior do que 20% no capital social destas empresas, o que as caracteriza como coligadas da Eletrobras. Os eventos relativos à investida Eletronet estão descritos na Nota Explicativa 8. Conforme o Acordo de Acionistas da Eletronet, a participação da Eletropar na companhia é composta de 149.999.001 ações ON mais 998 ações PN.

Nas demais investidas foi realizada a mensuração por meio da aplicação do método do "Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes" (VJORA), conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 48/IFRS9 - Instrumentos Financeiros.

Estas últimas participações possuem cotação de mercado, sendo a contrapartida decorrente de tal avaliação reconhecida como resultado abrangente, registrada no Patrimônio Líquido na rubrica de Ajuste de Avaliação Patrimonial.

A tabela a seguir apresenta o valor justo dos ativos financeiros classificados como disponíveis para venda:

	2022	2021
Energias do Brasil	39.344	39.628
TAESA	22.883	24.004
	62.227	63.632

NEGÓCIO ELETRONET

A Eletronet S.A. ("Eletronet") foi constituída para operar uma rede de fibras ópticas baseada em cabos tipo OPGW (Optical Ground Wire) instalados em parte da infraestrutura de transmissão sob concessão de Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas"), Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil ("CGT Eletrosul"), Companhia Hidro Elétrica do São Francisco ("CHESF") e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ("Eletronorte") que, quando citadas em conjunto, são denominadas "Cedentes", companhias controladas pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("Eletrobras").

A operação foi estruturada, originalmente, por meio da celebração de dois contratos coligados, em 22 de agosto de 1999, quais sejam, o Contrato de Cessão de Direito de Uso da Infraestrutura, celebrado entre Eletropar e as Cedentes - ECE 1166/99 ("Contrato de Cessão") e o Contrato de Constituição do Direito de Acesso à Infraestrutura do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica e as fibras ópticas, celebrado entre Eletronet e ELETROPAR - ECE 1165/99 ("Contrato de Acesso") - em conjunto "Contratos de Compartilhamento".

O objeto da companhia compreende a oferta de soluções de telecomunicações e conectividade com serviços de Transporte de dados e Trânsito IP de alta velocidade em longa distância para operadoras de telecomunicações, provedores de internet e serviços de valor agregado, a partir do acesso a uma rede de fibras ópticas com abrangência nacional, integrada às redes de transmissão de energia elétrica.

A falta de recursos financeiros, a ausência de financiamentos de longo prazo, as dificuldades para renegociação de dívida com credores, além da perda de clientes e de oportunidades de novos negócios nos primeiros anos da década de 2000, inviabilizaram sua continuidade, o que culminou, em 29 de abril de 2003, no ajuizamento do pedido de aut falência pela Eletronet. Sua falência foi efetivamente decretada por meio de sentença proferida no dia 16 de maio de 2003, a qual ainda determinou, liminarmente, a continuidade dos negócios da falida ("Processo Falimentar").

No dia 15 de dezembro de 2015, foi realizada a Assembleia Geral de Credores da Massa Falida da Eletronet S.A., na qual os credores presentes aceitaram os termos do acordo de redução das dívidas da Companhia, e deliberaram pela quitação das obrigações da Eletronet, nos termos que lhe foram propostos. Foi, então, declarado o encerramento da falência, com a retomada do exercício ordinário de suas atividades e a produção dos demais efeitos pertinentes.

Desde então, a Eletronet S.A. vem trabalhando em estratégias para resolver as dívidas remanescentes do acordo firmado junto aos credores, e que possibilitou o encerramento da falência, enquanto realiza os investimentos necessários para manter sua relevância e competitividade no mercado de telecomunicações.

Nos relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis de dezembro de 2016 a 2022 da Eletronet, há um parágrafo de ênfase sobre a continuidade operacional da companhia. A conclusão dos auditores foi a de que os planos da administração para liquidação das dívidas de curto prazo, bem como para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro e a continuidade normal de suas operações dependeriam do sucesso do plano de reestruturação e adesão ao Plano Especial de Regularização Tributária - PERT em conformidade com a Lei nº13.496/17.

A administração da Eletropar entende que há risco de continuidade das operações da Eletronet, caso a companhia não consiga implementar as medidas para recuperação da sua lucratividade e geração de caixa suficiente para cumprir com suas obrigações, revertendo assim a sua situação financeira atual.

Maiores detalhes, inclusive no que diz respeito à situação atual dos citados Contratos de Compartilhamento, são apresentados na Nota Explicativa nº 8 deste documento.

COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

O capital social da Eletropar é de R\$ 118.055, dividido em 11.764.889 (onze milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e nove) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A composição acionária assim se apresenta, em 31 de dezembro de 2022:

	NÚMERO DE ACIONISTAS	AÇÕES	
		Número	(%)
Eletrobras	1	9.848.904	83,71
Minoritários	28.545	1.915.985	16,29
Total	28.546	11.764.889	100,00

O valor patrimonial das ações representativas do Capital Social, em 31 de dezembro de 2022, é de R\$ 18,71 por ação. Em 31 de dezembro de 2021, o valor patrimonial era de R\$ 18,08 por ação.

RELACIONAMENTO COM O MERCADO DE CAPITAIS

O relacionamento com os investidores e analistas do mercado de capitais, bem como de instituições financeiras, é realizado pelo Diretor Financeiro, de Gestão e de Relações com Investidores. O atendimento aos acionistas é efetuado pelo Banco Bradesco, como instituição financeira depositária das ações, e pela própria Eletropar.

O quadro a seguir apresenta um resumo das negociações realizadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão em 2021 e 2022:

1. Mercado à Vista (lote-padrão)

	2022	2021
Quantidade negociada (*)	404	769
Volume (R\$) (*)	26.831	52.819
Nº de negócios (*)	4	5
Fechamento - último pregão do ano (R\$ / ação)	70,00	73,83

(*) Os valores acima indicados são médios diários. Fonte: Quantum Axis

RESULTADO DO EXERCÍCIO

O resultado da ELETROPAR é composto, dada a sua condição de empresa de participações, de rendimentos auferidos dos investimentos em participações societárias mantidas em sua carteira e das aplicações nos Fundos Extramercado do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal.

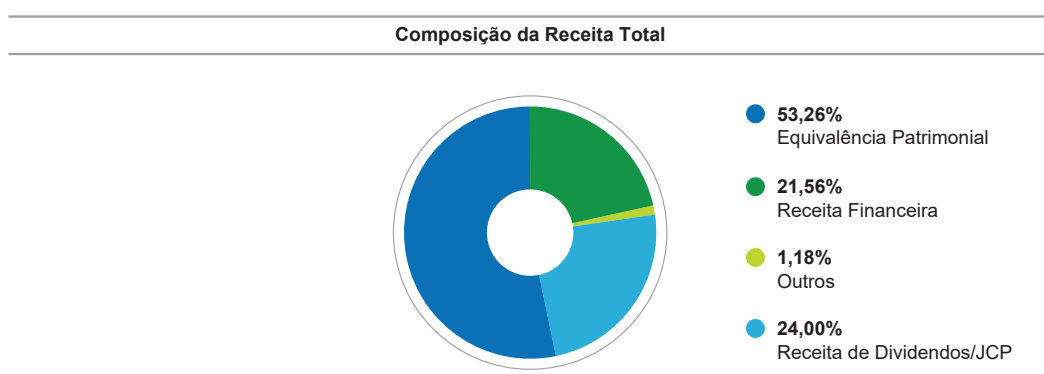
No exercício de 2022, a companhia apresentou lucro líquido de R\$ 27.150, superior em 23,2% ao resultado apresentado no exercício social anterior de 2021, quando a empresa obteve lucro líquido de R\$ 22.046.

As receitas líquidas totais de 2022, no montante de R\$ 26.271, resultantes das Participações Societárias mantidas pela Companhia e das aplicações no Fundo Extramercado, foram 1,18% inferiores àquelas auferidas no exercício social de 2021, estas no montante de R\$ 26.740.

O rendimento decorrente das participações societárias é composto do resultado de equivalência patrimonial das investidas CTEEP e EMAE e pelos dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos pelas demais investidas (EDP Energia e TAESA), estas últimas avaliadas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).

Os gráficos a seguir trazem a composição das receitas líquidas no exercício social de 2022 e comparativos com 2021:

Gráfico 1: Composição da Receita Líquida Total



Receita de Dividendos e JCP Acumulados em 31/12/2022

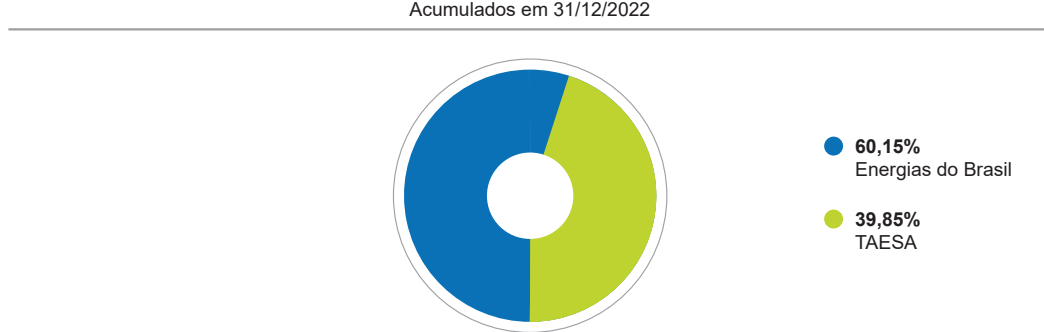


Gráfico 2: Comparativo 2022 versus 2021 - Receitas Líquidas Totais

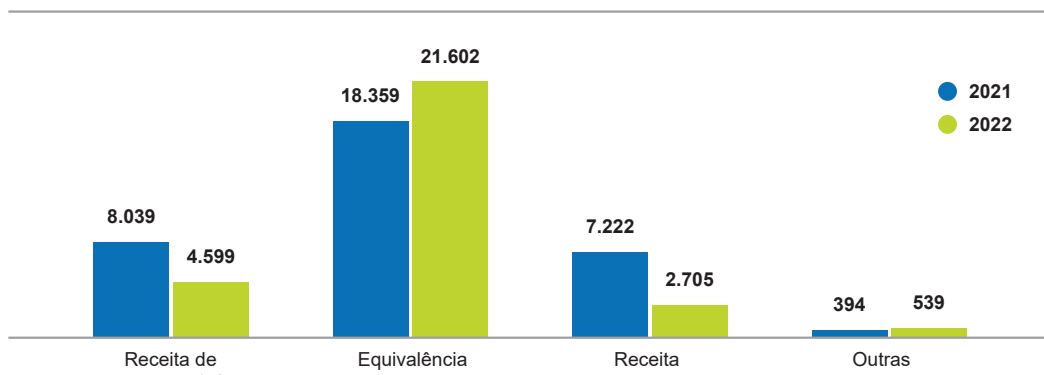
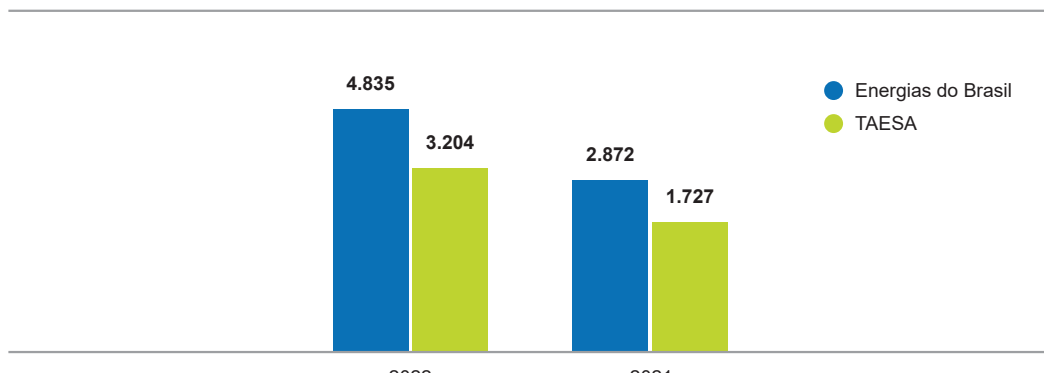


Gráfico 3: Comparativo 2022 versus 2021 - Receita de Dividendos/JCP por investida



O Resultado Financeiro em 2022, no montante de R\$ 4.131, reflete, principalmente, os rendimentos das aplicações nos Fundos Extramercado do Banco do Brasil e Caixa Econômica. Este resultado representa aumento de 198,27% quando comparado ao apurado no exercício de 2021, cujo valor foi de R\$ 1.385. Tal efeito pode ser explicado pelo aumento significativo da taxa SELIC em 2022, a qual remunera as nossas aplicações financeiras.

As despesas operacionais alcançaram o montante de R\$ 2.552 no exercício de 2022. Observa-se uma redução de 57,6% em relação ao período de 2021, quando seu valor foi de R\$ 6.024. Esta redução ocorreu a despeito da inflação acumulada de 5,78%, observada em 2022, medida pelo IPCA.

PRINCIPAIS INDICADORES

A tabela a seguir traz os principais indicadores econômicos e financeiros da Eletropar relativos ao exercício de 2022, sendo comparados com os de 2021:



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(Valores expressos em milhares de reais, exceto os mencionados em contrário)

	2022	2021	Valores em R\$ na base 31/12/2022	
Receitas Operacionais	26.271	26.740	Lucro líquido do exercício	27.151.489,25
Receitas Financeiras	7.222	2.705	(-) Reserva legal	(1.357.574,46)
Receita Total	33.493	29.445	Reclassificação de Resultados abrangentes	243.327,88
Resultado Abrangente	30.039	24.376	Dividendos prescritos	1.828.359,35
EBITDA (R\$ Mil)	23.719	20.716	Lucro líquido ajustado	27.865.602,02
Lucro Líquido (R\$ Mil)	27.150	22.046	Dividendo por ação:	
Margem EBITDA	90,29%	77,47%	Dividendo mínimo previsto	6.448.478,69
Margem Líquida	103,35%	82,45%	Dividendo adicional proposto	21.417.123,33
Lucro Por Ação - Básico e Diluído (R\$)	2,30769	1,87375	TOTAL	27.865.602,02
				2,3685393

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

O estatuto da Companhia estabelece, como dividendo mínimo obrigatório, 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária, respeitada a remuneração mínima para ações, respectivamente, do capital social relativo a esta espécie e classe de ações.

O Estatuto Social da Eletropar prevê, em seu Art. 21, inciso XX, que é competência do Conselho de Administração deliberar sobre a remuneração aos acionistas, com base nos resultados intermediários apurados nos termos da legislação aplicável.

A Companhia pode distribuir juros sobre o capital próprio, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios e estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

A Administração da ELETROPAR, com base no artigo 189 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, na Lei n.º 11.638/2007 e na Lei n.º 11.941/09, propõe a distribuição de dividendos equivalentes a 100% do lucro líquido ajustado do exercício de 2022, equivalentes a R\$ 2.3685393 por ação. Esse valor será atualizado com base na variação da taxa SELIC a partir de 01/01/2023 até a data do efetivo início do seu pagamento. Os dividendos mínimos obrigatórios estão provisionados no passivo para pagamento e o saldo, referente a dividendos adicionais a serem distribuídos, foi mantido no Patrimônio Líquido aguardando aprovação por parte da AGO.

¹ Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP

² Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE

³ EDP Energias do Brasil S.A. - ENERGIAS DO BRASIL

⁴ Eletronet S.A. - Eletronet

⁵ Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - TAESA

AUDITOR INDEPENDENTE

Nos termos da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, destacamos que a Companhia utiliza serviços de auditoria financeira realizados por instituição independente. Estes serviços vêm sendo prestados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PwC") desde abril de 2019.

A política de atuação da Companhia, quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria junto à empresa de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente.

AGRADECIMENTOS

Finalizando, agradecemos a confiança e o apoio recebido dos Senhores Acionistas e Conselheiros, bem como a dedicação e o empenho de todos os que, direta ou indiretamente, contribuíram com a gestão da Eletropar neste exercício.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2023.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL

(em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	31/12/2022	31/12/2021	PASSIVO	Nota	31/12/2022	31/12/2021
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes Caixa	5	267	3.811	Remuneração aos acionistas		444	2.074
Títulos de Valores Mobiliários	6	63.346	73.009	Contas a pagar	11	24.121	22.660
Remuneração dos investimentos	7	7.278	1.978	Tributos e contribuições sociais		778	738
Ativos fiscais a compensar	9	1.870	4.041	Obrigações estimadas		530	754
Imposto de renda e contribuição social a compensar		144	-	Dividendos a pagar		6.448	2.421
Outros Créditos		29	-			32.321	28.647
Contas a Receber com Partes Relacionadas	8	1.728	-	NÃO CIRCULANTE			
		74.662	82.839	Imposto de renda e contribuição Social diferidos	12	9.327	9.805
ATIVO NÃO CIRCULANTE						9.327	9.805
Ativos fiscais a compensar	9	3.766	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13		
INVESTIMENTOS	10			Capital social		118.055	118.055
Avaliados por equivalência patrimonial		120.974	104.636	Reserva legal		9.782	8.425
Avaliados a valor justo		62.227	63.632	Dividendo adicional proposto		21.416	18.338
IMOBILIZADO		39	40	Ajustes de avaliação patrimonial		17.471	14.581
		187.006	168.308	Reserva de lucros a realizar		14.790	14.790
				Reserva retenção de lucros para investimentos		38.506	38.506
TOTAL DO ATIVO		261.668	251.147	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		220.020	212.695
						261.668	251.147

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

(em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
RECEITAS OPERACIONAIS			
Dividendos (investimentos a valor justo)		7.264	2.811
Juros sobre capital próprio		775	1.788
Equivalência Patrimonial	10	17.838	21.602
Outras		394	539
		26.271	26.740
DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal/honorários		(1.821)	(2.226)
Materiais e produtos		(19)	(26)
Viagens e conduções		(5)	(26)
Serviços de terceiros		(2.755)	(1.710)
Propaganda e publicidade		(446)	(631)
Tributos e contribuições		(87)	(965)
Aluguel, condomínio e IPTU		(151)	(367)
Outras		2.732	(73)
		(2.552)	(6.024)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		23.719	20.716
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS			
Receitas financeiras		7.222	2.705
Despesas financeiras		(3.092)	(1.320)
RESULTADO FINANCEIRO		4.131	1.385
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		27.850	22.101
Corrente	12	(700)	(55)
Diferido		-	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	14	27.150	22.046
LUCRO POR AÇÃO			
Básico e Diluído		2,30769	1,87375

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

(em milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	27.150	22.046
Ganhos (perdas) decorrentes da avaliação dos ativos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(1.406)	3.812
(-) IR/CSL diferidos sobre avaliação ao valor justo	478	(1.296)
Outros resultados abrangentes - coligadas	3.818	(186)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	30.039	24.376

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(em milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	27.850	22.101
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa gerado pelas operações:		
Depreciação e amortização	2	-
Equivalência Patrimonial	(17.838)	(21.602)
Subtotal	10.014	499
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Remuneração dos investimentos	(199)	5.130
Ativos fiscais a compensar	(1.739)	(314)
Contas a receber de partes relacionadas	(1.728)	-
Créditos diversos	(33)	79
	(3.699)	4.895
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Remuneração aos acionistas	(1.630)	(7.629)
Tributos e contribuições sociais	(660)	733
Contas a pagar	1.461	(838)
Obrigações estimadas	(224)	387
	(1.054)	(7.347)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(1.902)
Dividendos recebidos	462	16.595
Fluxos de caixa das atividades operacionais	5.723	12.740
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(20.758)	(12.942)
Dividendos prescritos	1.829	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(18.929)	(12.942)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de ativo imobilizado/intangível	(1)	(31)
Títulos de Valores Mobiliários	9.663	19.433
Alienação Investimentos	-	18.275
Aquisição Investimentos (nota 10.I e II)	-	(33.846)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	9.662	3.811
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(3.544)	3.629
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.811	182
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	267	3.811
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(3.544)	3.629

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(em milhares de Reais)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVA LEGAL	RESERVA DE LUCROS A REALIZAR	RESERVA DE RETENÇÃO DE LUCROS	DIVIDENDO ADICIONAL PROPOSTO	LUCROS ACUMULADOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em 31 de dezembro de 2020	118.055	7.138	14.790	38.506	9.251	-	15.942	203.682
Avaliação ao valor justo de instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	-	3.812	3.812
IR/CSLL Diferidos	-	-	-	-	-	-	(1.296)	(1.296)
Lucro na baixa pela alienação de instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	5.593	(5.593)	-
Baixa de IR e CSLL pela alienação de instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	(1.902)	(1.902)	-
Dividendos adicionais	-	-	-	-	(9.251)	-	-	(9.251)
Outros Resultados abrangentes - Coligadas	-	-	-	-	-	-	(186)	(186)
Pagamento de JCP	-	-	-	-	-	(3.691)	-	(3.691)
Baixa pela alienação de instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	22.046	-	22.046
Destinação do Resultado:								
Constituição de Reserva Legal	-	1.287	-	-	-	(1.287)	-	-
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	18.338	(18.338)	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	(2.421)	-	(2.421)
Em 31 de dezembro de 2021	118.055	8.425	14.790	38.506	18.338	-	14.581	212.695
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(18.338)	-	-	(18.338)
Avaliação ao valor justo de instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	-	(1.406)	(1.406)
IR/CSLL Diferidos	-	-	-	-	-	-	478	478
Outros Resultados abrangentes - Coligadas	-	-	-	-	-	-	4.060	4.060
Ajuste de ORA da venda de investimentos em 2021	-	-	-	-	-	242	(242)	-
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	1.829	-	1.829
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	27.150	-	27.150
Destinação do Resultado:								
Constituição de Reserva Legal	-	1.357	-	-	-	(1.357)	-	-
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	21.416	(21.416)	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	(6.448)	-	(6.448)
Em 31 de dezembro de 2022	118.055	9.782	14.790	38.506	21.416	-	17.471	220.020

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras





ELETROBRÁS PARTICIPAÇÕES S/A - ELETROPAR

CNPJ 01.104.937/0001-70
COMPANHIA ABERTA

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

(em milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021		31/12/2022	31/12/2021
1 - RECEITAS			6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Outras Receitas	394	539	Receitas Financeiras	7.222	2.705
	394	539	Participações societárias, dividendos e juros sobre o capital próprio	25.877	26.201
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				33.099	28.906
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(46)	(1.735)	7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	33.445	27.710
	(46)	(1.735)	8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO	348	(1.196)	Remuneração direta	1.821	2.226
	348	(1.196)	Impostos, Taxas e Contribuições	787	1.020
4 - RETENÇÕES			Remuneração do capital de terceiros	3.687	2.418
Depreciação, amortização e exaustão	(2)	-	Remuneração do capital próprio:		
	(2)	-	Lucros retidos	27.150	19.625
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA EMPRESA	346	(1.196)	Dividendos propostos	-	2.421
	346	(1.196)		33.445	27.710

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto os mencionados em contrário)

NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS

A Eletrobrás Participações S.A. - ELETROPAR ("ELETROPAR" ou "Companhia") é uma sociedade por ações controlada pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS. A ELETROPAR foi criada em 29 de janeiro de 1996 pela Lei nº 9.163, de 15 de dezembro de 1995, em decorrência da cisão da LIGHT - Serviços de Eletricidade S.A. Possui sua sede na cidade do Rio de Janeiro e tem por objeto social a participação societária na Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. - ELETROPAULO e em outras sociedades.

Nessa condição, participa no capital social da EDP - Energias do Brasil S.A., da EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista e da TAESA S.A, todas concessionárias de serviços públicos de energia elétrica e, também, da Eletronet S.A. - Eletronet, sociedade que oferece serviços de transporte de dados e trânsito IP de alta velocidade em longa distância para operadoras de telecomunicações e provedores de serviços de valor agregado. A questão da participação societária da ELETROPAR na Eletronet está detalhada na Nota Explicativa 8.

Com a conclusão do processo de desestatização da ELETROBRAS, a partir de 17 de junho de 2022, a ELETROPAR também passou a reunir as condições necessárias para atuar, integralmente, sob o regime do direito privado, mantida a sua condição de sociedade anônima aberta, controlada pela ELETROBRAS. A Companhia encaminhou à CVM Fato Relevante divulgando o novo regime de atuação em 29 de junho 2022, o qual está disponível no seu endereço eletrônico na internet. A Administração da companhia aprovou as demonstrações financeiras anuais do exercício de 2022 em 29 de março de 2023.

NOTA 2 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de preparação

As informações financeiras deste exercício foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas na data das transações.

Essas informações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas coligadas. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM, e as disposições contidas na legislação societária brasileira.

2.2 Investimentos em coligadas

O artigo 243 da Lei 6.404/1976 define que "São coligadas as sociedades nas quais a investidora tenha influência significativa". "Considera-se que há influência significativa quando a investidora detém ou exerce o poder de participar nas decisões das políticas financeira ou operacional da investida, sem controlá-la." Ademais, "É presumida influência significativa quando a investidora for titular de 20% (vinte por cento) ou mais dos votos conferidos pelo capital da investida, sem controlá-la."

Os resultados, ativos e passivos das coligadas são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial, exceto quando o investimento é classificado como "rendido para venda", caso em que é contabilizado de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 31 - Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas. Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em coligadas são, inicialmente, registrados pelo valor de custo e, em seguida, ajustados, para fins de reconhecimento da participação da Companhia, no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da coligada.

Qualquer montante que exceda o custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da coligada na data de aquisição é reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado.

Se necessário, o total do valor contábil do investimento (inclusive ágio) é testado para determinação da redução ao valor recuperável de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, como um único ativo, através da comparação do seu valor recuperável (maior valor entre o valor em uso e o valor justo menos os custos para vender), com seu valor contábil. Qualquer perda por redução ao valor recuperável reconhecida é acrescida ao valor contábil do investimento. Qualquer reversão dessa perda por redução ao valor recuperável é reconhecida de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1), na medida em que o valor recuperável do investimento é subsequentemente aumentado.

Quando a Companhia realiza uma transação com uma coligada, os lucros e prejuízos resultantes são reconhecidos apenas com relação às participações na coligada não relacionadas à Companhia.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 Remuneração dos investimentos

Representa o valor a receber referente a dividendos e juros sobre o capital próprio decorrente das participações detidas pela Companhia.

2.13 Novas normas e interpretações vigentes

A Companhia não identificou impactos quanto às aplicações das alterações normativas emitidas pelo IASB e pelo CPC:

Revisão de Pronunciamento Técnico nº	Normas Revisadas	Aplicável a partir
19	CPC 15/IFRS 3 - Combinação de Negócios, CPC 25/IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 27/IAS 16 - Ativo Imobilizado, CPC 37/IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade e CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros.	01/01/2022
20	CPC 11/IFRS 4 - Contratos de seguro, CPC 21/IAS 34 - Demonstração Intermediária, CPC 23/IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 26/IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o lucro, CPC 37/IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, CPC, 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 49/IAS 26 - Contabilização e Relatório Contábil de Plano e Benefícios de Aposentadoria.	01/01/2023

2.14 Novas normas e interpretações ainda não vigentes

A Companhia não identificou impactos quanto às aplicações das alterações e novas interpretações emitidas pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, as quais são divulgadas a seguir:

Revisão de Pronunciamento Técnico nº	Normas Revisadas	Alteração	Aplicável a partir
20	CPC 11/IFRS 4	As alterações modificam o período aceito para isenção temporária que permite, mas não exige, que as seguradoras que atendam os critérios do item 20B do C11, apliquem o CPC38 em vez do CPC 48, para períodos anuais com início antes de 1º de janeiro de 2023. Adicionalmente, as entidades que não se qualificarem para a isenção temporária do PC 48 devem aplicá-lo para períodos anuais com início em, ou após, 10 de janeiro de 2023. As alterações do período também se estendem às entidades que mantêm as políticas contábeis relevantes aplicadas por coligada ou empreendimento controlado, conforme itens 35 e 36 do PC18, para os períodos anuais com início antes de 10 de janeiro de 2023.	01/01/2023
20	CPC 21/IAS 34	As alterações consistem na substituição do conceito de "políticas contábeis significativas" por "informação de política contábil material" na definição componentes de conjunto completo de demonstrações contábeis do CPC26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.	01/01/2023
20	CPC 23/IAS 8	As alterações ocorrem no conceito de estimativas contábeis, o alterando para montantes monetários nas demonstrações contábeis que estão sujeitas a incerteza de mensuração, bem como substitui os respectivos exemplos de estimativas contábeis e inclui as técnicas de 01/01/ estimativas e técnicas de valorização.	01/01/2023
20	CPC 26/IAS 1	As alterações especificam que o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tiver o direito, na data das demonstrações contábeis, de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço. Além disso, inclui a definição de "políticas contábeis" estabelecida no CPC 23 e altera o conceito de "políticas contábeis significativas" por "informação de política contábil material" na definição componentes de conjunto completo de demonstrações contábeis. Cabe também salientar, a substituição de "acordo contratual" para "condição contratual" como definição de covenant.	01/01/2023
20	CPC 32/IAS 12	As alterações incluem exceções de reconhecimento do passivo fiscal diferido ou ativo fiscal diferido, nas transações que no momento da transação, não da origem a diferenças temporárias igualmente tributáveis e dedutíveis. Incluem também exceções de métodos de contabilização de possíveis diferenças temporárias no reconhecimento inicial de um ativo ou passivo. Adicionalmente, são compreendidos exemplos acerca de contrato de arrendamento que englobam: lei tributária, imposto diferido sobre o pagamento antecipado do arrendamento e custos diretos iniciais, imposto diferido sobre o passivo de arrendamento e componente relacionado do custo do ativo do arrendamento e resumo do imposto diferido reconhecido.	01/01/2023
20	CPC 37/IFRS 1	As alterações refletem na inclusão de tributos diferidos relacionado a desativação, restauração e passivos semelhantes, como exc aplicação retroativa de outras IFRSs e traz esclarecimentos acerca da adoção do reconhecimento de um ativo fiscal diferido passivo de imposto diferido.	01/01/2023
20	CPC 40/IFRS 7	As alterações requerem a divulgação da informação de política contábil material e requer a divulgação da informação de política contábil material, que espera incluir informações sobre a base de mensuração para instrumentos financeiros usada na elaboração da demonstrações contábeis.	01/01/2023
20	CPC 47/IFRS 15	As alterações tratam de fatores que indicam que duas ou mais promessas de transferir bens ou serviços ao cliente não são separadamente identificáveis.	01/01/2023
20	CPC 49/IFRS 4	As alterações acrescentam como requisito mínimo de apresentação nas demonstrações contábeis do plano de benefícios de aposentadoria, seja de benefício definido ou de contribuição definida, a "informação de política contábil material" no lugar de "resumo das políticas contábeis".	01/01/2023

NOTA 3 - GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

3.1. Fatores de Risco Financeiro

I - Risco de volatilidade no preço das ações

Considerando que a Companhia possui, em sua carteira de investimentos, participações societárias com cotação em bolsa de valores, o risco de mercado surge da volatilidade nos preços das ações dessas companhias investidas.

II - Risco de crédito das aplicações financeiras

As aplicações financeiras em renda fixa da Companhia são representadas pelo investimento em CDB Bradesco e nos Fundos Extramercado mantidos no Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, instituições financeiras de primeira linha e que apresentam boa avaliação de *rating de risco*.





ELETROBRÁS PARTICIPAÇÕES S/A - ELETROPAR

CNPJ 01.104.937/0001-70
COMPANHIA ABERTA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto os mencionados em contrário)

III - Risco de taxa de juros dos rendimentos das aplicações financeiras

As aplicações financeiras nos Fundos Extramercado mantidas no Banco do Brasil, Bradesco e na CEF são lastreadas em títulos federais e privados, sendo remuneradas pela taxa média da SELIC. O risco surge das possíveis oscilações da referida taxa.

Os ativos financeiros que compõem a carteira dos Fundos sujeitam-se, em especial, aos seguintes riscos:

- a) **Risco de Taxa de Juros** - A rentabilidade do Fundo pode ser impactada pela flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelo Fundo, ocasionadas pela variação das taxas de juros praticadas no mercado.
- b) **Risco de descasamento** - O desempenho do Fundo pode não refletir integralmente o desempenho do seu *benchmark*, visto que a implementação do objetivo de investimento do Fundo está sujeita a uma série de limitações. Ademais, o risco de não-aderência ao *benchmark* pode ser incrementado em função da maior flexibilização na gestão da Carteira do Fundo.
- c) **Risco de vinculação a um *benchmark*** - O *benchmark* do Fundo poderá ter resultados negativos, resultando em perdas para o Fundo.
- d) **Risco de juros pós-fixados (CDI, TMS)** - os preços dos ativos podem variar em virtude dos *spreads* praticados nos ativos indexados ao CDI ou à TMS (Taxa Média Selic).
- e) **Risco de liquidez** - Consiste no risco de o Fundo, mesmo em situação de estabilidade dos mercados, não estar apto a efetuar, dentro do prazo máximo estabelecido no Regulamento, pagamentos relativos a resgates de cotas, em decorrência do grande volume de solicitações de resgate e/ou outros fatores que acarretem falta de liquidez dos mercados nos quais os ativos financeiros integrantes da Carteira são negociados, podendo tal situação perdurar por período indeterminado.

Além disso, para todos os Fundos que tenham despesas, o risco de liquidez compreende, também, a possível dificuldade em honrar seus compromissos. A falta de liquidez pode provocar a venda de ativos com descontos superiores àqueles observados em mercados líquidos.

- f) **Risco de conjuntura** - Está associado à possibilidade de perdas decorrentes de mudanças verificadas nas condições políticas, culturais, sociais, econômicas ou financeiras do Brasil ou de outros países.
- g) **Risco sistêmico** - Refere-se à possibilidade de perdas em virtude de dificuldades financeiras de uma ou mais instituições, que provoquem danos substanciais a outras, ou ruptura na condução operacional de normalidade do SFN. Este risco é não diversificável.
- h) **Risco regulatório** - a eventual interferência no mercado de órgãos reguladores, como o Banco Central do Brasil e a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, podem impactar os preços dos ativos ou os resultados das posições assumidas.

Sensibilidade do rendimento de aplicações financeiras para a Selic

	Cenário Base*	Cenário Provável	Cenário Remoto	Cenário Possível
Rendimento das Aplicações Financeiras	13,75%	13,50%	15,53%	11,48%
	7.222	6.247	6.100	6.399

* Taxa para o período encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Para análise de sensibilidade foi considerado como cenário-base a média da taxa Selic atual de 13,75% a.a. e como provável a projeção da taxa de 13,50% a.a., sendo considerado como cenários remoto e possível a variação de 15% para cima e 15% para baixo em relação ao cenário provável, respectivamente. A tabela acima traz uma estimativa do impacto de cada um desses cenários no rendimento das aplicações financeiras da Companhia.

IV - Risco de crédito das operações com a Eletronet

Desde fevereiro de 2020 a Eletronet passou a pagar, regularmente, dentro dos prazos de vencimento, a remuneração referente ao direito de uso das fibras óticas (ROW - *Right of Way*). Porém, considerando a situação financeira atual desta investida, bem como o parágrafo de ênfase sobre a continuidade operacional no relatório dos seus auditores independentes, a ELETROPAR reconhece anualmente, nas suas demonstrações financeiras de dezembro de 2022, provisão quanto à totalidade dos créditos vencidos e a vencer registrados contra a Eletronet.

3.2. Gestão de Capital

A ELETROBRAS, cuja participação no capital social da ELETROPAR é de 83,71%, através dos seus representantes no Conselho de Administração, é quem orienta a política plurianual de investimentos da Companhia. A ELETROPAR possui um Comitê de Investimentos que tem a responsabilidade de sugerir e operacionalizar a alocação dos seus investimentos, mantendo a Administração informada. O capital da Companhia não é utilizado com fins especulativos, mas com o objetivo de remunerar os seus acionistas, bem como amortizar o seu custeio e realizar novos investimentos.

3.3. Estimativa do valor justo

A Companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grades níveis, como segue:

Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços associados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo, o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente semelhante (apreçamento por múltiplos), de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento por opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca livre e com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados.

A tabela a seguir apresenta os ativos da Companhia mensurados ao valor justo por meio de resultado em 31 de dezembro de 2022.

	31/12/2022		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJM ORA Investimentos	62.227	-	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - VJM R: Títulos e valores mobiliários	-	63.346	-
	62.227	63.346	-
	31/12/2021		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJM ORA Investimentos	63.632	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	73.009	-
	-	73.009	-

NOTA 4 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue (valores em R\$ mil):

	31/12/2022		
	Valor Justo por Meio de Resultado - VJM R	Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes - VJM ORA	Total
Ativos conforme Balanço Patrimonial:			
Investimentos	-	62.227	62.227
Aplicações financeiras	63.346	-	63.346
Remuneração dos investimentos	7.278	-	7.278
	70.624	62.227	132.850
	31/12/2021		
	Valor Justo por Meio de Resultado - VJM R	Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes - VJM ORA	Total
Ativos conforme Balanço Patrimonial:			
Investimentos	-	63.632	63.632
Aplicações financeiras	73.009	-	73.009
	73.009	63.632	136.641
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado			
	31/12/2022	31/12/2021	
Passivos conforme Balanço Patrimonial:			
Contas a pagar com Partes Relacionadas	23.490	-	22.560
Contas a pagar - Outros	631	-	100
	24.121	-	22.660

NOTA 5 - CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA

As disponibilidades financeiras da companhia, atualmente, estão sendo mantidas em Fundos Extramercado no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal e aplicação em CDB no Bradesco.

Os saldos considerados como equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e à gestão de caixa da Companhia.

O total de caixa e equivalentes de caixa encontra-se abaixo demonstrado (valores em R\$ mil):

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e Bancos	267	3.811
	267	3.811

NOTA 6 - TÍTULOS DE VALORES MOBILIÁRIOS - TVM

As aplicações financeiras encontram-se em CDB pós-fixados Bradesco e em Fundos de Investimento Financeiro Extramercado FAE, FAE2, Comum IRFM 1 e Extra VI IRFM 1, que têm como meta a rentabilidade a taxa referencial média do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC.

Os rendimentos financeiros brutos desta aplicações em 2022 foram de R\$ 7.222 mil (R\$2.705 em 2021).

Os Fundos são administrados pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal e são lastreados em títulos públicos, apresentando liquidez imediata.

	Indexador	Agente Financeiro	31/12/2022
Cotas do Fundo	Pré-fixado	Banco do Brasil	31.582
CDB	Pós-fixado	Bradesco	437
Cotas do Fundo	Pré-fixado	Caixa Econômica	31.327
			63.346

	Indexador	Agente Financeiro	31/12/2021
Cotas do Fundo	Pré-fixado	Banco do Brasil	45.892
Cotas do Fundo	Pré-fixado	Caixa Econômica	27.117
			73.009

NOTA 7 - REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

A remuneração dos investimentos consiste nos valores de dividendos e juros sobre o capital próprio declarados pelas investidas e ainda não recebidos pela companhia, conforme tabela a seguir (valores em R\$ mil):

	31/12/2022	31/12/2021
EDP - Energias do Brasil	2.178	1.270
EMAE	-	708
CTEEP	5.100	-
	7.278	1.978

NOTA 8 - DIREITOS E OBRIGAÇÕES COM ELETRONET E EMPRESAS CEDENTES

a) A Eletronet - contexto

A ELETROPAR ingressou na operação Eletronet adquirindo 49% de suas ações por meio de um empréstimo realizado pelas Cedentes que, em 1999, não possuíam previsão estatutária para atuar diretamente no ramo de telecomunicações. O empréstimo realizado gerou um direito para as Cedentes perante a ELETROPAR, correspondente às ações da Eletronet detidas pela ELETROPAR (Cláusula 10.2.1 do Contrato de Cessão).

O direito gerado em favor das Cedentes poderá ser quitado de duas formas: i) transferência pela ELETROPAR, às Cedentes, das ações da Eletronet (49%) (Cláusula 10.2.1.1. do ECE n° 1166/99); ou ii) a venda das ações da Eletronet detidas pela ELETROPAR, no mercado, sendo revertido para as Cedentes o produto venda (Cláusula 10.2.3. do ECE n° 1166/99).

Outro efeito decorrente desse cenário é que a Cláusula 10.1.1.2 do Contrato de Cessão estipula que os valores recebidos pela ELETROPAR relativos a dividendos, juros sobre capital próprio ou quaisquer outras formas de rendimentos provenientes de sua participação acionária na ELETRONET, devem ser repassados às Cedentes.

A remuneração da ELETROPAR associada à sua participação acionária na ELETRONET tem por base, exclusivamente, o gerenciamento dos interesses das Cedentes no Contrato de Cessão, e constitui-se do valor resultante da aplicação do percentual de 2% (dois por cento) sobre o valor bruto mensal recebido pela ELETROPAR da ELETRONET, pelo uso da infraestrutura de fibras óticas disponibilizadas pelas Cedentes. Os demais valores recebidos pela ELETROPAR provenientes de sua participação acionária na Eletronet devem ser repassados às Cedentes.

Nos primeiros anos da década de 2000, a falta de recursos financeiros e de acesso a financiamentos de longo prazo, as dificuldades para renegociação de dívida com credores, além da perda de clientes e de oportunidades de novos negócios prejudicaram a continuidade operacional da ELETRONET, o que culminou, em 29 de abril de 2003, no ajuizamento do seu pedido de autofalência, que foi deferido mediante a continuidade de suas atividades sob a gestão de um administrador nomeado judicialmente.

Em 15 de dezembro de 2015, a Assembleia Geral de Credores da Massa Falida da Eletronet S/A aprovou um acordo que possibilitou a reabilitação empresarial da companhia e o encerramento da falência.

A vigência inicial dos Contratos de Cessão e do Contrato de Acesso era de 20 (vinte) anos a contar da data de sua celebração. Entretanto, sua vigência foi estendida para até 20 de fevereiro de 2020, por meio da celebração de um aditivo de prorrogação de prazo, para que produzisse efeitos até essa data, ou até a assinatura do instrumento que prorrogaria a relação entre as partes.

b) A continuidade da relação jurídica

Próximo ao fim da vigência dos Contratos de Cessão e de Acesso, as partes celebraram o 9° termo aditivo ao Contrato de Cessão e 5° termo aditivo ao Contrato de Acesso, no intuito de prorrogar a vigência desses instrumentos por mais 20 anos, até 2039. Contudo, para que o 9° aditivo ao Contrato de Cessão produzisse seus efeitos, este contrato deveria ser homologado, pela ANEEL, de acordo com a Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP n° 001/99.

Na mesma oportunidade foram celebrados dois Contratos de Confissão de Dívida para pacificar as divergências por fatos passados existentes entre as partes. Os Contratos de Confissão de Dívida, no montante de R\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais), referente à data-base de 31/01/2019, definiram, assim, a questão sobre os montantes devidos pela ELETRONET, referentes à cessão do direito de uso de infraestrutura do sistema de transmissão de energia elétrica, no período de janeiro de 2016 a janeiro de 2020.

Os Contratos de Confissão possuem, ainda, cláusulas que preveem 03 possibilidades sucessivas de reestruturação societária da ELETRONET: (i) a primeira trata da possibilidade de subscrição de ações por um terceiro investidor, de forma a diluir a participação da sócia majoritária, LT Bandeirante; (ii) a segunda apresenta a possibilidade de subscrição de ações pela ELETROPAR, integrando-as com o valor da dívida da Eletronet perante a ELETROPAR (R\$ 130 milhões confessados no CCD), o que também diluiria a participação da LT; (iii) por fim, havia a possibilidade de venda conjunta da totalidade das ações de emissão da Eletronet, pelos sócios, até 21.11.2022.

Para essas três possibilidades sucessivas de reestruturação foram assinados prazos no CCD para sua ocorrência. As três possibilidades já tiveram seu prazo para realização ultrapassado. Isso porque a produção de efeitos do Contrato de Confissão de Dívida, tanto em relação à dívida reconhecida de R\$ 130.000 (cento e trinta milhões de reais), quanto à realização de alguma das possibilidades de reestruturação societária, foi vinculada à referida homologação pela ANEEL do Contrato de Cessão que, como será explicado adiante, ainda depende de manifestação complementar da ANEEL.

Entretanto a intenção das partes é a renovação do prazo do contrato de confissão de dívida, com o objetivo de analisar as possibilidades descritas no contrato, o que deverá ocorrer juntamente com a assinatura dos novos Contratos de Compartilhamento.

Assim, a Eletrobras e as empresas Cedentes solicitaram, em 20/02/2020, à ANEEL, por meio da CTA-PR-0581/2020, a homologação do Termo Aditivo n° 09 ao Contrato ECE1166/99. Dessa forma, a despeito da vigência do 9° Aditivo a partir de sua assinatura, suas disposições teriam eficácia somente após aprovados os seus termos pela ANEEL, em atendimento ao que prevê o art. 16 da Resolução Conjunta n° 001 da ANEEL/ANATEL e ANP (Cláusula 26.1 do 9° Termo aditivo ao contrato ECE 1166-99).

Contudo, por meio do parecer n. 00198/2020/PFANEEL/PGF/AGU, a procuradoria da ANEEL entendeu que não seria cabível a prorrogação da mesma relação contratual entre Eletronet, Cedentes e ELETROPAR por meio de um aditivo e, nesse sentido, o relator do processo solicitou a apresentação, pelas partes, de um novo contrato. Foi, então, apresentada à ANEEL, em 03/11/2020, minuta de Novo Contrato de Cessão para homologação pela Agência, mantendo as premissas do Termo Aditivo n° 9. A minuta do Novo Contrato de Cessão, na linha do que já havia sido negociado para o Termo Aditivo n° 09, excluiu a responsabilidade solidária da ELETROPAR no tocante aos créditos eventualmente devidos pela Eletronet às Cedentes no curso da relação.

A produção de efeitos dos Contratos de Confissão de Dívida passou a depender, a partir de então, e mediante a celebração de aditivo nesse sentido, da homologação da minuta do Novo Contrato de Cessão apresentada à ANEEL, em lugar da homologação do 9° Aditivo ao Contrato de Cessão 1166/99.

Em 17/05/2022 foi proferido, pela ANEEL, o Despacho n° 1.290/22, aprovando a celebração de Contrato de Cessão do Direito de Uso de Infraestrutura entre as Cedentes e a Eletronet S.A., condicionando-a, contudo, ao atendimento de algumas premissas pelas empresas.

Entre as premissas, destacam-se: (i) a ocupação da infraestrutura das Cedentes pela Eletronet no Novo Contrato deve estar restrita àquela que já existia em 6 de fevereiro 2020 (data da celebração do 9° Termo Aditivo ao Contrato de 1999); (ii) que a infraestrutura de fibra óptica, e de transmissão de energia elétrica associada, não ocupada pela Eletronet em 6 de fevereiro 2020, não terá acesso exclusivo e nem direito de preferência por parte da Eletronet, devendo ser submetida à publicidade prevista pelo normativo de compartilhamento de infraestrutura.

Vale ressaltar que as premissas colocadas pela ANEEL demandaram ajustes na minuta do Novo Contrato, na forma como havia sido apresentada ao regulador. Por essa razão, foi necessário que as partes retomassem as negociações, inclusive em relação aos Contratos de Confissão de Dívidas.

Ademais, remanesceram algumas dúvidas sobre o perfil e limites da ocupação pela Eletronet, na forma mencionada no Despacho n° 1.290/22, o que demandou a apresentação, à ANEEL, de solicitação de manifestação complementar (CTA-DT-01522/2022, de 01/08/22). Entretanto, por meio do Despacho n° 649, de 14 de março de 2023, a ANEEL registrou a decisão de não conhecer o citado requerimento administrativo, tornando o teor do Despacho 1.290/22 a referência para o tema.

Atualmente, seguem, rumo à conclusão, almejada ainda para o primeiro semestre de 2023, as negociações entre as empresas Eletrobras, a Eletronet e seu controlador (LT Bandeirante) para a renovação dos Contratos de Compartilhamento e do Contrato de Confissão de Dívida. A partir da assinatura desses instrumentos o próximo passo será a reestruturação societária da ELETRONET.

c) Créditos junto à Eletronet e obrigações frente às Cedentes:

	Créditos Reconhecidos	Valores Recebidos	Saldo a Receber (31/12/2022)
Contrato Confissão de Dívida- CCD, de 20/02/2020 ¹	165.266	-	165.266
MOU 27/11/2015 ²	15.000	-	15.000
MOU 05/11/2015 - "Valor de Prorrogação" ³	25.352	-	25.352
ROW - CCD Eletronet - Eletropar - até 19/02/20 ⁴	19.238	(19.238)	-
ROW - CCD Eletronet - Eletropar - a partir de 20/02/20	51.661	(49.933)	1.727
Saldo patrimonial da operação⁵	276.517	(69.171)	207.346

¹ CCD - Instrumento Particular de Confissão de Dívida e outras avenças, celebrado em 20/02/2020 entre a Eletronet, ELETROPAR e LT Bandeirante, tendo a ELETROBRAS e Cedentes como intervenientes anuentes.

² Memorando de Entendimentos celebrado entre a ELETROPAR, LT Bandeirante e Eletrobras em 27/11/2015. O valor de R\$ 15.000 mil corresponde a contrapartida pelo uso das fibras óticas e respectiva infraestrutura nos três anos anteriores - 2013 a 2015 (Cláusula 3.2).

³ Memorando de Entendimentos celebrado entre a ELETROPAR, LT Bandeirante, Furukawa, Alcatel e Eletrobras em 05/11/2015, Cláusula 2.1.v - Credores Quirografários em Valor Superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais) - "Valor de Prorrogação".

⁴ ROW (*Right of Way*) - Direito de passagem, relativos ao período de jan/2016 a dezembro de 2017 (Instrumento Particular de Confissão de Dívida Eletronet-Eletropar, de 19/02/2018).

⁵ Valor integralmente provisionado em PCLD

A tabela a seguir traz a abertura dos créditos da ELETROPAR em face da Eletronet:

A abertura do passivo da ELETROPAR com as Cedentes, considerando os valores recebidos pela Eletronet é apresentada a seguir:

	Valores CAIXA	Repasso Cedentes	Saldo a Pagar (31/12/2022)
ROW - CCD Eletronet - Eletropar - até 19/02/20	19.238	-	19.238
ROW - CCD Eletronet - Eletropar - a partir de 20/02/20	49.933	(49.933)	-
Remuneração Fundo Invest. CEF	4.010	-	4.010
Saldo patrimonial da operação	73.181	(49.933)	23.248

A composição líquida das rubricas Contas a Receber Eletronet versus Contas a Pagar Cedentes é sintetizada na tabela a seguir:





ELETROBRÁS PARTICIPAÇÕES S/A - ELETROPAR

CNPJ 01.104.937/0001-70
COMPANHIA ABERTA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto os mencionados em contrário)

Contas a Receber - Eletronet	31/12/2022	31/12/2021
Contas a Pagar - Cedentes	207.346	187.106
Saldo patrimonial da operação	(230.594)	(208.333)
	(23.248)	(21.227)

O total de R\$ 22.825 refere-se a valores recebidos da Eletronet e depositados na Caixa Econômica Federal, mas não repassados às Cedentes até 31/12/2022. No contrato celebrado com as Cedentes, a ELETROPAR assumiu o compromisso de repassar a elas os valores corrigidos pela Selic, já recebidos pela Eletronet. Os valores mencionados referem-se a parte dos valores pagos por força do contrato de confissão de dívida celebrado em fevereiro de 2018 entre a Eletronet e ELETROPAR, e pagamento pelo direito de passagem (ROW) do período de janeiro/2016 a dezembro/2017 (ver Nota 17).

I - Detalhamento do contas a pagar Cedentes, por empresa

Segue, a na tabela abaixo, a composição das obrigações da ELETROPAR para com as Cedentes:

	Abertura Saldos a Pagar Cedentes, Partes Relacionadas	
	31/12/2022	31/12/2021
Furnas Centrais Elétricas S.A.	7.393	6.751
Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco - Chesf	6.430	5.872
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronet	3.090	2.822
Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil - Eletrobras CGT Eletrosul	6.332	5.782
TOTAL	23.248	21.227

NOTA 9 - ATIVOS FISCAIS A COMPENSAR

	31/12/2022	31/12/2021
IRRF sobre aplicações financeiras/JCP	2.978	1.392
IRPJ - exercícios anteriores	2.348	2.348
CSLL - exercícios anteriores	226	226
Retenção na Fonte (Lei 10833)	83	31
COFINS/PIS	1	44
	5.636	4.041

Ativo Circulante 1.870
Ativo Não Circulante 3.766
A Companhia vem utilizando tais créditos de forma consistente desde o exercício social de 2010, fato que tem dado substância à caracterização do referido ativo conforme o Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro. No exercício de 2022, a companhia não teve resultado fiscal positivo. Desta forma ainda não houve utilização de créditos. Para o exercício de 2023 a Companhia espera ter um resultado positivo, e a utilização dos créditos de curto prazo será compensado.

NOTA 10 - INVESTIMENTOS

A composição dos investimentos da ELETROPAR, em 31 de dezembro de 2022, está distribuída da seguinte forma:

I - Empresas avaliadas pelo valor justo

	Valor de Mercado (disponível para venda)		Tipo	Quantidade	Participação (%)
	31/12/2022	31/12/2021			
Energias do Brasil	39.344	39.628	ON	1.892.432	0,31
Taesá	22.883	24.004	UNIT	660.000	0,06
	62.227	63.632			

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 48/IFRS 9, esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. No exercício de 2022 não foram efetuadas operações com renda variável, por motivos estratégicos da companhia.

Proventos declarados (Dividendos/JCP)

Com base na AGO de 05 de abril de 2022, a EDP Energias do Brasil declarou dividendos referentes ao exercício 2021, sendo a participação da ELETROPAR de R\$ 2.657. O pagamento foi efetuado em 27 de maio de 2022.

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A - TAESA declarou dividendos referentes ao exercício de 2021, sendo a participação da ELETROPAR de R\$ 1.533, com base na AGO de 28 de abril de 2022, com pagamento efetuado em 31 de maio de 2022.

Em 10 de agosto de 2022 foi divulgado o aviso aos acionistas da TAESA, referente aos novos recebimentos de proventos (Dividendos/JCP), do exercício de 2022. No tocante a este evento, a Eletropar recebeu o valor de R\$ 914, em 26 de agosto de 2022.

Em 09 de novembro de 2022 foi divulgado o aviso aos acionistas da TAESA, referente aos novos recebimentos de proventos (Dividendos/JCP), do exercício de 2022. No tocante a este evento, a Eletropar recebeu o valor de R\$ 641, em 06 de dezembro de 2022.

Em 28 de dezembro de 2022 a Empresa Energias do Brasil aprovou o pagamento de dividendos no valor de R\$ 2.177 com a proposição de pagamento até o dia 31/12/2023. Este dividendo foi reconhecido dentro do exercício.

II - Empresas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

A ELETROPAR detém participações societárias, além daquelas descritas anteriormente, nas companhias mencionadas abaixo, as quais são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, pelo fato de a controladora da ELETROPAR, a ELETROBRAS, ter influência significativa nestas empresas, o que as caracteriza como coligadas:

	Tipo	Quantidade	Participação(%)
CTEEP	PN	4.880.800	0,73
EMAE	PN	523.911	1,42
Eletronet	ON	149.999.001	49,00

Mutação dos Investimentos

	CTEEP	EMAE	TOTAL
Saldo em 31/12/2021	93.121	11.515	104.636
Receita de Equivalência Patrimonial	16.871	967	17.838
JCP/Dividendos	(5.100)	(462)	(5.562)
Outros Result. Abreg. - ORA	151	3.911	4.062
Saldo em 31/12/2022	105.043	15.931	120.974

	CTEEP	EMAE	TOTAL
Saldo em 31/12/2020	78.866	10.201	89.067
Receita de Equivalência Patrimonial	19.576	2.026	21.602
Aquisição de ações	9.818	-	9.818
Ágio na aquisição de ações	1.763	-	1.763
JCP/Dividendos	(16.716)	(712)	(17.428)
Outros Resultados Abrangentes - ORA	(186)	-	(186)
Saldo em 31/12/2021	93.121	11.515	104.636

A Companhia efetuou ajustes no valor do seu investimento na CTEEP, a fim de padronizar as políticas contábeis dessas empresas com as adotadas pela Companhia para a elaboração de suas demonstrações financeiras.

Os ajustes foram realizados com base nas glosas que a Secretaria de Fazenda do Estado tem realizado nos valores cobrados pela CTEEP em virtude do pagamento de aposentadoria, considerando a aplicação do pronunciamento técnico CPC nº 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Segue, abaixo, o ajuste realizado no Patrimônio Líquido da CTEEP.

Ajuste Patrimônio Líquido CTEEP

	CTEEP	Partic.
Patrimônio Líquido 31/12/2022	16.177.451	117.873
Ajuste alinhamento políticas contábeis	(2.175.500)	(12.830)
Saldo ajustado em 31/12/2022	13.962.139	105.043

II.1 Investida Eletronet

Após o levantamento da falência da companhia, em 15 de dezembro de 2015 (ver Nota Explicativa 8), os administradores, empenhados em reverter a sua situação financeira e operacional, vêm adotando medidas para o restabelecimento de seu equilíbrio financeiro, econômico e da posição patrimonial, recuperação da sua lucratividade e geração de caixa suficiente para o cumprimento das suas obrigações.

Desconsideramos a reavaliação patrimonial realizada decorrente da contabilização dos efeitos da aplicação do custo atribuído (deemed cost) ICPA 10 inicial apurados sobre o saldo do ativo imobilizado CABOS decorrentes da avaliação realizada por peritos independentes. Desta forma, não estamos considerando o efeito líquido desse registro de redução do passivo a descoberto da investida em R\$ 102.992, sendo R\$ 135.360 relativos ao exercício de 2016, amortização em 2017 no montante de R\$ 5.885, em 2018 no montante de R\$ 5.885, em 2019 no montante de R\$ 5.886, em 2020 no montante de R\$ 5.885, em 2021 no montante de R\$ 5.885 e, no primeiro trimestre de 2022, no montante de R\$ 2.942.

Adicionalmente, informamos que, conforme a incerteza da continuidade operacional da investida, reportada em relatório de auditoria das demonstrações financeiras da Eletronet, com parágrafo de ênfase emitido em 21 de outubro de 2022, a Eletronet possui capital circulante líquido negativo, patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) e prejuízo antes dos impostos. Os planos da administração para a liquidação das dívidas de curto prazo, bem como para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro e a continuidade normal de suas operações dependerão do sucesso do plano de reestruturação presente no plano diretor, que inclui a renovação do contrato de cessão de direitos para utilização da infraestrutura de transmissão de energia elétrica das empresas do Sistema Eletrobras, do acordo de acionistas e da adesão ao Plano Especial de Regularização Tributária - PERT, em conformidade com a Lei nº 13.496/17.

Como a Eletronet é uma coligada da ELETROPAR, conforme CPC 18, deve ser aplicado o método de equivalência patrimonial para contabilização deste investimento.

De acordo com os itens 38 e 39 do CPC 18, quando a participação do investidor nos prejuízos do exercício da coligada ou do empreendimento controlado em conjunto se igualar ou exceder o saldo contábil de sua participação na investida, o investidor deve descontinuar o reconhecimento de sua participação em perdas futuras. Após reduzir, até zero, o saldo contábil da participação do investidor, perdas adicionais devem ser consideradas, e um passivo deve ser reconhecido, somente na extensão em que o investidor tiver incorrido em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) ou tiver feito pagamentos em nome da investida.

Como a ELETROPAR não realizou pagamento em nome da investida e não incorreu em obrigações legais ou construtivas (inclusive item vetado, na cláusula 2.3 do Acordo de Acionistas), não cabe provisão de perdas adicionais, mantendo-se apenas o valor do investimento integralmente provisionado (saldo zero).

III - Saldo total de investimentos em participações societárias

	31/12/2022	31/12/2021
Avaliados ao valor justo	62.227	63.632
Avaliados por equivalência patrimonial	120.974	104.636
	183.201	168.268

NOTA 11 - CONTAS A PAGAR

	31/12/2022	31/12/2021
Partes Relacionadas	23.490	22.560
Eletrobras	242	1.333
Cedentes*	23.248	21.227
Terceiros	631	100
TOTAL	24.121	22.660
CIRCULANTE	24.121	22.660
NÃO CIRCULANTE	-	-

*Item descrito na nota explicativa de nº 8.

NOTA 12 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

I - Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social

Os tributos são reconhecidos no resultado, exceto quando estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, em Outros Resultados Abrangentes (ORA), e são calculados utilizando as alíquotas determinadas com base na legislação tributária em vigor, ou substancialmente em vigor, na data de encerramento do exercício.

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social:	27.850	22.101
Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas da legislação (34%):	9.469	7.515
Efeitos de adições e (exclusões):		
Equivalência patrimonial e dividendos	(8.535)	(7.345)
Lucro na venda de investimento	-	1.902
JCP recebidos	263	1.716
Outros	(975)	(1.829)
Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado	222	1.958
Alíquota efetiva	0,80%	8,86%
Total de tributos reconhecidos no resultado	700	56
Parcela de tributos reconhecida em ORA	(478)	1.902
Tributos devidos no período	222	1.958

II - Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre o ajuste de avaliação a valor justo dos investimentos classificados como disponíveis para venda correspondentes às diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das informações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

A movimentação do passivo de imposto de renda diferido durante o período é a seguinte:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo em 31/12/2021		9.805
IR/CS diferidos sobre avaliação a valor justo	(478)	
Saldo em 31/12/2022	9.327	
Saldo em 31/12/2020		10.411
IR/CS diferidos sobre avaliação a valor justo	(606)	
Saldo em 31/12/2021	9.805	

NOTA 13 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

I - Capital Social

O Capital Social, de R\$ 118.055, é composto de 11.764.889 (onze milhões, setecentas e sessenta e quatro mil, oitocentas e oitenta e nove) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia, em 31 de dezembro de 2022, está assim representada:

	NÚMERO DE AÇÕES		Participação (%)
	ACIONISTAS	Quantidade	
ELETROBRAS	1	9.848.904	83,71
Minoritários	28.545	1.915.985	16,29
	28.546	11.764.889	100,00

O valor patrimonial das ações representativas do Capital Social, em 31 de dezembro 2022, é de R\$ 18,71 por ação (R\$18,08 por ação, em 31 de dezembro de 2021).

II - Reserva Legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício em conformidade com a Lei nº 6.404/76.

III - Dividendos

III - a) Dividendos

Em 05/05/2022, foram distribuídos dividendos no montante de R\$ 20.759, sendo o valor de R\$ 2.421 referente a dividendos mínimos obrigatórios e R\$ 18.338 referentes a dividendos adicionais, ambos relativos ao exercício de 2021, aprovados na AGO de 29 de abril de 2022.

III - b) Dividendos prescritos

No exercício de 2022, juntamente com o banco depositário, a Companhia efetuou um levantamento de diversos valores referentes a dividendos cujo prazo de retiradas já havia expirado e, desta forma, os valores foram disponibilizados para utilização na operação, sendo apropriados junto ao lucro acumulado e destinados a distribuição futura aos acionistas.

IV - Ajustes de avaliação patrimonial

Referente aos registros dos outros resultados abrangentes originados pela variação dos valores dos investimentos avaliados a mercado, bem como aos registros dos valores apresentados nas empresas investidas avaliadas por equivalência patrimonial.

V - Reserva de lucros a realizar

Esta reserva foi constituída no exercício de 2016 devido ao valor do resultado de investidas avaliadas por equivalência patrimonial ter sido superior à condição de caixa para pagamentos de dividendos.

VI - Reserva de retenção de lucros para investimentos

No ano de 2018 a Companhia propôs a constituição de reserva de lucros para investimentos no valor de R\$15.508 classificado em conta específica no Patrimônio Líquido. No ano de 2020 a Companhia destacou o valor de R\$22.998, para reserva de novos investimentos perfazendo o valor total da conta em R\$38.506.

Com relação as reservas de lucros a realizar e reserva de retenção de lucros para investimentos a administração está avaliando os meios de realização das referidas reservas para posterior proposição à assembleia de acionistas.

NOTA 14 - LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação é calculado por meio da divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

A tabela a seguir apresenta o lucro por ação básico e diluído conforme os parâmetros definidos no Pronunciamento Técnico CPC 41 - Lucro por ação:

01/01/2022 a 31/12/2022		
Numerador		Ordinárias
Lucro atribuíveis a cada classe de ações		27.150
Denominador		
Média ponderada da quantidade de ações		11.765
% de ações em relação ao total		100%
Resultado por ação básico e diluído		2,307692
01/01/2021 a 31/12/2021		
Numerador		Ordinárias
Lucro atribuíveis a cada classe de ações		22.046
Denominador		
Média ponderada da quantidade de ações		11.765
% de ações em relação ao total		100%
Resultado por ação básico e diluído		1,873863

NOTA 15 - PARTES RELACIONADAS

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 5 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, enquadraram-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação.

Conforme os conceitos definidos no referido pronunciamento do CPC, a ELETROPAR possui como partes relacionadas: sua controladora, coligadas e o pessoal-chave da administração.

As transações mantidas com partes relacionadas são detalhadas nos itens a seguir:

I - Controladora

Os saldos decorrentes de transações mantidas com a Eletrobras são apresentados a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
PASSIVO		
Contas a pagar		
Eletrobras¹	242	1.333
	242	1.333

¹ Os saldos dessa rubrica são decorrentes de valores a serem reembolsados à Eletrobras em função dos seguintes itens:
- Convênio firmado entre Eletrobras e ELETROPAR para utilização, pela ELETROPAR, da infraestrutura administrativa da Eletrobras, contemplando os serviços de segurança, limpeza e informática.
- Valores relacionados com o aluguel da sede administrativa da ELETROPAR, cujo espaço físico está sublocado pela Eletrobras à ELETROPAR, através de contrato firmado entre as partes.
- Saldos decorrentes de reembolso a ser efetuado à Eletrobras dos gastos com o pessoal requisitado pela ELETROPAR à Eletrobras.

	31/12/2022	31/12/2021
RESULTADO		
Gastos com pessoal requisitado	405	810
Aluguel	151	367
Auditoria Externa	23	21
	579	1.198

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto os mencionados em contrário)

II - Coligada

	31/12/2022	31/12/2021
CTEEP		
ATIVO		
Participação Societária	105.043	93.121
	105.043	93.121
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Outros resultados abrangentes	151	(186)
	151	(186)
	31/12/2022	31/12/2021
RESULTADO		
Resultado com participações societárias	16.871	19.576
	16.871	19.576
	31/12/2022	31/12/2021
EMAE		
ATIVO		
Participação Societária	15.962	11.515
	15.962	11.515
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Outros resultados abrangentes	3.942	(2.768)
	3.942	(2.768)
	967	2.026
	967	2.026

Entretanto, cumpre destacar que o histórico das relações processuais trabalhistas que envolvem ELETRONET e ELETROPAR como rés solidárias não registra evento em que a ELETROPAR tenha, ao fim, arcado com qualquer valor relativo a eventuais condenações. Ou seja, a investida ELETRONET sempre assumiu a totalidade da responsabilidade pelo pagamento das condenações, tendo em vista que elas resultam de questões surgidas durante o vínculo empregatício mantido entre o trabalhador e a ELETRONET. A ELETROPAR apenas figura/figurou como ré solidária nessas ações devido ao fato de deter 49% das ações da ELETRONET.

Riscos contingentes com expectativa de perda possível são divulgados pela Administração, não sendo constituída provisão. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

A Companhia, atualmente, possui um processo com risco de perda possível (Reclamação nº 0101132-69.2022.5.01.006-9, valor atribuído à causa de R\$ 1.389 mil) ajuizado em 22/12/2022, mas em relação ao qual a ELETROPAR foi citada, tomando conhecimento de sua existência, apenas em 03/01/2023. Trata-se de uma demanda relativa a condenação trabalhista solidária com sua investida, ELETRONET.

Por outro lado, a Companhia figura em 4 processos trabalhistas de expectativa de perda remota e 1 de expectativa de perda provável. No caso da perda provável, o processo também refere-se à demanda relativa à condenação trabalhista solidária com sua investida, ELETRONET (Reclamação nº 0100386-09.2021.5.01.0015, valor atribuído à causa de R\$ 1.685 mil), que constituiu a provisão para esta perda provável, reforçando, conforme relatado acima, a intenção da ELETRONET de arcar integralmente, com a responsabilidade pelo pagamento do valor resultante dessa condenação. A ELETROPAR, que atua como intermediária na operação da ELETRONET com as Cedentes, entende que a ELETRONET terá condições financeiras de arcar com esta perda. Desta forma, a Companhia não espera ter esse desembolso, e entende que não há necessidade de provisão na ELETROPAR.

Decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) - Matéria tributária transitada em julgado. Em fevereiro de 2023, o STF, em decisão por unanimidade, considerou que uma decisão definitiva, a chamada "coisa julgada", sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir. A Companhia não identificou processos judiciais relevantes relacionados com os seus tributos recolhidos de forma continuada, portanto a Eletropar não foi impactada pela decisão do STF.

NOTA 17 - EVENTOS SUBSEQUENTES

Durante o mês de janeiro de 2023 foram liquidados os valores a seguir, referentes a contas a pagar junto às Cedentes. Refira-se à Nota Explicativa 8 para maiores detalhes.

Total por Cedente	Valor em Reais atualizado até 31/12/2022
ELETRONORTE	3.090.709,01
CGT ELETROSUL	6.332.857,84
CHESF	6.430.979,08
FURNAS	7.393.672,67
TOTAL	23.248.218,60

NOTA 16 - PROVISÃO PARA OBRIGAÇÕES LEGAIS VINCULADAS A PROCESSOS JUDICIAIS

As provisões para contingências judiciais são constituídas sempre que a perda for avaliada como provável. Nesse caso, tal contingência ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos seriam mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento de tribunais (jurisprudência).

DIRETORIA

Raul Balbi Sollero
Diretor Presidente

Ivo Sergio Baran
Diretor Financeiro, de Gestão e de Relações com Investidores

Ronaldo Borges Andrade
CRC-RJ 1-051927/O-8

CONTADOR

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Renata Leite Falcão
Presidente

Raul Balbi Sollero
Conselheiro

Renato de Lima França
Conselheiro

Carlos Alberto Polícaro
Conselheiro

CONSELHO FISCAL

Raquel Mazal Krauss
Presidente

Luiz Guilherme Pinto Henriques
Conselheiro

Jorge José Teles Rodrigues
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Eletrobras Participações S.A. - Eletropar, em cumprimento ao disposto nos incisos II e VII, do Artigo 163, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, em reunião realizada no dia de hoje, examinaram o Relatório da Administração; a Declaração dos Dirigentes sobre o Relatório dos Auditores Independentes; a Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras; o Balanço Patrimonial; a Demonstração do Resultado do Exercício; a Demonstração do Resultado Abrangente; a Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido; a Demonstração dos Fluxos de Caixa; a Demonstração do Valor Adicionado e as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, aprovados pelo Conselho de Administração (Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de março de 2023) e o Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, datado de 29 de março de 2023, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, sem ressalvas. Assim sendo, e louvados nos documentos acima citados, concluíram que a mencionada documentação se encontra em condições de ser submetida à deliberação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2023

Raquel Mazal Krauss
Presidente do Conselho Fiscal

Luiz Guilherme Pinto Henriques
Conselho Fiscal

Jorge José Teles Rodrigues
Conselho Fiscal

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Declaramos, em atendimento à Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia - PWC, emitido sobre as Demonstrações Financeiras da Eletrobrás Participações S.A. - Eletropar, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em reunião realizada em 29 de março de 2023.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2023

Raul Balbi Sollero
Diretor Presidente

Ivo Sergio Baran
Diretor Financeiro, de Gestão e de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaramos, em atendimento à Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que revisamos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras da Eletrobrás Participações S.A. - Eletropar, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, tendo sido tomada a decisão no sentido de sua aprovação em reunião realizada em 29 de março de 2023.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2023.

Raul Balbi Sollero
Diretor Presidente

Ivo Sergio Baran
Diretor Financeiro, de Gestão e de Relações com Investidores

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Eletrobras Participações S.A. - Eletropar

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Eletrobras Participações S.A. - Eletropar ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eletrobras Participações S.A. - Eletropar em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Direitos e Obrigações com a Eletrobrás e empresas cedentes (Nota 8)

A Companhia é responsável por gerir a prestação de serviços de telecomunicação realizada pela sua investida Eletrobrás S.A. ("Eletrobrás") para as empresas cedentes do Grupo Eletrobras. A Companhia, em 22 de agosto de 1999 firmou contrato de Constituição do Direito de Acesso à Infraestrutura do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica e as fibras ópticas junto a Eletrobrás e Contrato de Cessão de Direito de Uso celebrado entre Companhia e as empresas cedentes tendo como prazo de vigência 20 anos. No contrato celebrado entre a Companhia e as empresas cedentes, foi estabelecido que a Companhia responderá, solidariamente, com a Eletrobrás, pelas obrigações a ela atribuídas neste contrato, importando o descumprimento de quaisquer obrigações pertinentes à Eletrobrás, em inadimplemento da Companhia.

Em 20 fevereiro de 2020, foram celebrados aditivos contratuais entre a Companhia e a Eletrobrás e outro com as cedentes visando, principalmente, a prorrogação do prazo de vigência dos contratos, para até 20 de agosto de 2039. Adicionalmente foram assinados também contratos de confissão de dívida entre a Companhia, Eletrobrás, LT Bandeirante e as cedentes com objetivo de reconhecer dívida da Eletrobrás. Os referidos aditivos contratuais tiveram a anuência do Ministério da Economia, através da Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimentos e Mercado e a Companhia aguarda a anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Adicionalmente, o referido contrato assinado no exercício de 2020 excluiu a responsabilidade solidária da Companhia relacionada às obrigações atribuídas à Eletrobrás.

Atualmente a Eletrobrás possui capital circulante líquido negativo, patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) e prejuízo acumulado. A Companhia mantém o valor do investimento na Eletrobrás integralmente provisionado (Nota 10).

Em função dos aspectos acima mencionados, esse assunto permanece como um tema de foco em nossa auditoria.

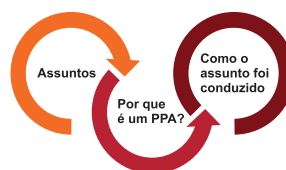
Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, avaliação do acordo de acionistas que define as obrigações e direitos destes além da leitura dos contratos, acordo de credores e instrumento de confissão de dívida e confronto dos documentos com os saldos contabilizados na Companhia. Também realizamos o procedimento de confirmação de saldos entre as empresas cedentes e a investida Eletrobrás e confrontamos com os saldos registrados contabilmente na Companhia.

Adicionalmente, com o auxílio dos nossos especialistas, analisamos os elementos que fundamentam o entendimento dos assessores jurídicos da Companhia, bem como analisamos as condições estabelecidas nos aditivos contratuais.

Avaliamos também a adequação das divulgações efetuadas quanto aos direitos e obrigações entre a Eletrobrás e as empresas cedentes

Como resultado dos procedimentos descritos acima, consideramos que o modelo de mensuração e as premissas adotadas pela administração da Companhia são razoáveis.



Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e





ELETROBRÁS PARTICIPAÇÕES S/A - ELETROPAR

CNPJ 01.104.937/0001-70
COMPANHIA ABERTA

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(continuação)

internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das coligadas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Companhia.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers
Audidores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5

Cáren Henriete Macohin
Contadora - CRC 1PR038429/O-3 "T" SC

